

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS POVOS INDÍGENAS

Pautas:

Participantes do Governo: Milena Cristina de Abreu (Coordenadora de COPIND); Camilo Silva de Brito (Assessor de COPIND); Natan Hebert Macedo (Estagiário de COPIND); Jarbas Herculano (Estagiário de COPIND); Wilma Tanaka (Conselheiro de SMADS), Michel (Conselheiro de SMDDET), Roseli Aliemann (Conselheiro de SMVA); Kauã Sabino Condense (Assessor de DPS) Barbara Mariano Vicente (Diretora de DPS), Ellen Souza (Assessora de CPDDH).

Participantes da Sociedade Civil: Avani Florentino da Silva (Presidente do COMPISP), Akeyse Florentino da Silva (indígena Fulni-ô), Tranquilino (Conselheiro Mbyá-Guarani), Bernarda Mbyá-Guarani (Suplente), Ivone Pankararu (Conselheira), Pedro Pankararé (Conselheiro).

Às 12:00 do dia 28 do mês de fevereiro do ano de 2023, de forma híbrida, na Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, reuniu-se o Conselho Municipal dos Povos Indígenas ordinariamente para deliberar os seguintes itens: **Item nº 1 – Regimento Interno:** Maria nega falar sobre alteração do Conselho; Avani diz que o regimento interno não muda para os indígenas em qualquer lugar; Bárbara explica sobre a necessidade de alteração do regimento, sendo um motivo a menção da antiga Secretaria de Igualdade Racial, sendo informações antigas que precisam de atualização. Camilo explica que na verdade existem pontos administrativos indicados pela secretaria, mas que a preocupação dos indígenas é alterar e enfraquecer aquilo que foi anteriormente construído pelo conselho. Avani menciona, após, que a alteração da redação construída anteriormente não pode ser alterada desta forma. Avani diz que os indígenas estão sendo perseguidos e sofrendo racismo diante de algumas falas, à exemplo do Conselheiro Michel, é inadmissível que isso aconteça. Barbara diz que a alteração seria consistente sobre esses pontos desatualizados e após inseridos o documento será submetido ao conselho para a deliberação e aprovação dele, e pergunta se pode enviar um regimento construído por DPS e depois enviar para os conselheiros avaliarem. Avani aceita dizendo que esta cópia será direcionada para os conselheiros indígenas avaliarem. Maria pondera dizendo que se o Poder Público continuasse abordando essa discussão ela sairia e voltaria pra sua aldeia. **Item nº 2 - Encaminhamentos:** Em seguida, Bárbara começa a falar sobre os encaminhamentos, o primeiro deles é o edital da virada cultural: informou que a secretaria tem acesso ao edital, mas a presidente que precisa inscrever o Conselho. Avani diz que virá, antes do vencimento do prazo, em COPIND para fazer essa inscrição junto com Camilo. No próximo informa Bárbara diz que a reunião com o gabinete da secretária ocorrerá no dia 16/03 e aproveita para dizer que o e-mail institucional do Conselho foi montado e já está ativo, assim foi passado para a presidente. Milena depois diz que em relação ao agosto Indígena, o gabinete da SMDHC enviará uma solicitação de resposta para o gabinete da Secretaria de Cultura, mas até o atual momento não há resposta de nenhum deles, e sendo um tramite que acontece em outro gabinete não há previsão de quando Cultura irá responder. É importante lembrar que de fato educação precisa realizar o agosto indígena, o que está posto em lei, o que vai acontecer é uma parceria. A reunião é interrompida para realização de novo link. Após, Avani diz que a presença dos estagiários indígenas é necessária porque foram indicados pelas lideranças indígenas, e que se for necessário um documento demonstrando essa indicação este será feito. Milena diz que a garantia de presença dos estagiários nas reuniões de COMPISP só poderá ser possível diante de previsão de reunião presencial na SMDHC e não no território indígena. Milena orienta que os estagiários têm contrato com o CIEE e tem supervisor de estágio, sendo estes assuntos

relacionados ao estágio deverão ser dirigidos a este e não a coordenação. O Conselheiro Tranquilino toma a voz e diz que de fato a situação está complicada e a assistência a população indígena está sendo colocada em segundo plano, aponta que se incomoda com a insistência da pauta sobre regimento interno e que essa situação tem sido desgastante para as lideranças indígenas, comenta acerca das pautas territoriais que são delicadas e precisa também de atenção, que estão esperando as respostas acerca do assunto de habitação dentro do território pois a população vai crescendo e é necessário essa atenção pois são aspectos que a população indígena merece atenção. Por fim, Tranquilino cumprimenta e diz concordar com as lideranças Avani e Maria acerca do movimento e de respeitar enquanto tempo de movimento e lideranças indígenas. **Item 3º - Saúde Indígena:** Avani menciona que a luta é nossa e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é o braço direito dos povos originários, e após faz uma pergunta acerca de como tem sido lidado pela coordenação o assunto da saúde indígena, sendo SESAI e SUS. Milena responde dizendo que em reunião com os coordenadores da secretaria a coordenação de drogas disse que está fazendo o mapeamento para identificar como a saúde tem identificado e se posicionado diante destas populações indígenas para entender o que pode fazer. Avani Fulni-ô pede para que Michel conte o que houve na denúncia passada que ele retratou, Michel repete a história e as lideranças guarani se posicionam. Maria inicia seu posicionamento dizendo que estes casos são conhecidos pelas lideranças e diz que essa situação não ocorre só nos territórios indígenas, que não são problemas de hoje e que a mesma vive em combate contra a violência contra a mulher e contra a criança. Diz que começou a fazer um projeto autônomo específico e que conversa e conhece todas as lideranças da Tenondé Porã, diz que não adianta que a coisa seja feita dessa forma, como enviar estes indígenas para o CAPS, o indígena não vai se adaptar! E diz que a solução melhor é criar uma clínica dentro da aldeia. Diz que já se perderam muitos jovens por causa destas drogas e uso abusivos, que pode ser configurado um apoio com a Secretária e outras lideranças para um espaço de recuperação de pessoas indígenas que acontece dentro do território, e pede para que isso fique em pauta. Por fim, diz que sofre muito ao ver os jovens se perdendo no mundo do não-indígena e propõe: vamos fazer essa clínica, mas dentro do território, porque fora, volta pior. Convoquem o conselho municipal, estadual e demais lideranças para conseguir este apoio. O Conselheiro Mbya-Guarani Tranquilino toma a fala e diz que infelizmente este problema vem sendo enfrentado em vários lugares, mas hoje em dia com “crack”, “maconha” (sic) o assunto piorou em todo o território brasileiro, inclusive os indígenas. Diz que tem falado para os jovens e os pais também para acompanhar mais as suas crianças na educação infanto-juvenil e após diz concluindo que na aldeia Krukutu existe esta iniciativa onde os jovens, semanalmente, todas 6 horas da tarde vão para o Opy (Casa de Rezo) para conversar e receber orientação dos mais experientes. Também explica que as lideranças que não têm tanta voz ativa fraquejam nessa missão, que não é mais como era antigamente, e termina dizendo que não é fácil ser liderança. Milena pergunta se existe visita das equipes técnicas das UBS de referência, e menciona que as equipes técnicas podem fazer essa solicitação quanto a questão da clínica. Maria diz que a UBS de referência não faz esse acompanhamento. Avani diz que a FUNAI acompanha o Conselho e pode verificar isso.

Milena diz que fora realizado uma reunião com Márcio da FUNAI, e menciona que o mesmo está bem ativo e participativo, mas lembra que as atividades da FUNAI não excluem as obrigações da UBS de referência de fazer seu trabalho. Pedro Pankararé pede a fala e diz que já foi agente de saúde e que os agentes de saúde não têm poder nenhum para isso, pois se a UBS de referência não quer discutir e levar a frente a questão, não há o que fazer. Maria diz que a casa dela acaba

servindo como lugar de acolhimento para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, e que fizeram um conselho para evitar esse tipo de agressão, para conversar e orientar diante dessas situações. Elen pergunta se as pessoas que trabalham na UBS são indígenas. Maria diz que há pessoas indígenas e não indígenas. Elen diz que se lembrava que no CAPS-AD iam sempre para as aldeias fazer esse trabalho. Maria diz que atualmente vem perdendo o público e mesmo com suas visitas os jovens não querem ir. Roseli menciona a necessidade destes espaços de acolhimento e orientação para a população jovem ser contemplada neste diálogo de política anti-drogas e contra a violência doméstica, mas esses espaços precisam de mais investimento. Milena diz que é importante lembrar acerca da presença da política para mulheres que sofrem situação de violência doméstica, e que é importante ressaltar a realização do diálogo entre a coordenação de mulheres que está fazendo o mapeamento acerca dos equipamentos mais próximos destas mulheres, para que possam alcançar as políticas disponíveis. Camilo comenta que a violência doméstica não é só contra a mulher, pode ser em relação a mulheres, homens, jovens e crianças no âmbito jurídico. Milena complementa dizendo que a legislação específica para mulheres está restrita na lei Maria da Penha, e que pode passar estes endereços dos equipamentos de referência para que estas mulheres. Maria diz que isso é complicado porque estas mulheres são muito intimidadas, geralmente nos casos de agressão, e descreve geralmente como ocorre estes tipos de violência. Após, diz que dá estas orientações, mas mesmo assim não querem este atendimento. Maria diz também que este conselho de pessoas indígenas localizado dentro da aldeia Itawera e Ypyau está fazendo um conselho para enviar ao MP e o MPF. Wilma diz que não há aderência porque os indígenas não acreditam na medicina do branco, e por conta disso a secretaria de assistência social forneceu diversos materiais para a estadia dos pajés dentro da aldeia em um evento que ficassem dias tratando esses jovens e pessoas indígenas necessitadas, por conta de duas tentativas de suicídio. Menciona que o projeto trabalha essa questão de fortalecimento da cultura, fortalecimento de vínculos familiares e sendo a forma mais amplamente aceita pela comunidade. Wilma finaliza dizendo que ouviram muitos os anciões da aldeia para aprender o modo de vida, o modo de cura e o modo de saúde mental do povo guarani a fim de realizar esse tipo de tratamento e evento. Camilo diz que o ponto que Maria e Wilma trouxeram revela que de fato não há aderências de pessoas indígenas nestes equipamentos técnicos gerais justamente pela descrença da população indígena nesse tipo de tratamento. Milena traz ao debate que enquanto no momento não há esse tipo de acolhimento e especificação, a orientação é a existência destes equipamentos de ponta que podem acolhem pessoas indígenas dentro desta situação. Em complemento Milena diz para maria que se ela quiser poderia chamar uma agenda com a coordenadora de Mulheres para essa intermediação, objetivando chegar numa solução possível imediata diante da gravidade do assunto. **Item 4º - Secretárias participantes do Conselho:** Akayse pergunta quanto tempo demora para que estas Secretarias respondam e se façam presentes no Conselho. Milena diz que o meio da coordenação para esse contato é somente via ofício. Akayse disse que é preciso um meio de cobrança mais eficiente, pois enquanto isso acontece às políticas públicas para povos indígenas está sendo negligenciada. Kauã diz que a ausência dos conselheiros representantes das secretarias não é uma nova demanda e que está presente em todos os conselhos, tendo sido feita em vários outros colegiados. Roseli toma a fala para dizer que no processo SEI há prazos para responder e a ausências destas respostas incide penalidades, fora que o excesso de ausência gerará substituição. Kauã confirma que existem estes prazos, mas que nem sempre são cumpridos. Milena informa que essa solicitação feita por gabinete não tem prazo para resposta e a única que tem prazo para responder é a ouvidoria, caso resposta negativa a instância superior responsável seria a Ouvidoria Geral do Município e que se for uma possibilidade para o conselho existe esta alternativa. Akayse diz que é interessante qualquer outro meio de cobrança que o

conselho possa acessar. Avani concorda e pede para que demais conselheiros e FUNAI participem das denúncias. **Item - 5º - Avisos Finais:** Milena informa que o processo físico de inauguração do regimento interno do conselho votado e devidamente digitalizado em processo SEI e agora apenas resta a publicização e, após pergunta, se é do interesse do Conselho passar essas questões para a ouvidoria de direitos humanos. Camilo passa o e-mail oficial do Conselho para a Presidente. Pedro pergunta sobre processos anteriores enviados para ouvidoria, Milena diz que nenhum desses ofícios acabaram, mas ainda estão no tramite.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	A Presidente pede para COPIND uma reunião com o Prefeito para debater acerca do assunto de ausência e negligência das demais Secretarias.	COPIND	Não foi determinado

Avani Florentino da Silva
Presidente (a)

Maria Guarani-Mbya
Vice-Presidente

Camilo Silva de Brito
**Representante
do Governo**

Milena Cristina de
Abreu
**Representante do
Governo**

Wilma Tanaka
**Representante do
Governo**

Michel
**Representante do
Governo**

Roseli Aliemann
**Representante do
Governo**

Bernarda Guarani-Mbya
**Representante da Soc.
Civil**

Tranquilino Guarani-Mbya
Representante Soc. Civil

Pedro Pankararé
**Representante da Soc.
Civil**

Ivone Pankararu
Representante Soc. Civil